

## Algumas formulações de Lacan sobre a causalidade psíquica da loucura

Rosane Zétola Lustoza

E-mail: rosanelustoza@yahoo.com.br

**Resumo:** Numa primeira fase de sua obra, Jacques Lacan foi profundamente marcado pela doutrina fenomenológico-existencial. Contudo, ao se inserir naquele movimento, Lacan introduz um diferencial importante, promovendo um alargamento da concepção de “sentido” até então vigente. Ao contrário do que supunha o fenomenólogo Karl Jaspers, o sentido não seria algo compreensível de modo imediato. A afirmação de que o sentido não é passível de ser apreendido como uma evidência permitirá a Lacan trazer a loucura para dentro do campo do sentido, tratando-a como uma experiência que supõe um sujeito livre e responsável. O presente trabalho tem por objetivo mostrar que Lacan ocupa uma posição inédita em relação à psiquiatria da época, de tal maneira que ele combateu simultaneamente as teses da organogênese – segundo a qual a psicopatologia não era um fenômeno semântico, e sim orgânico – e as da psicogênese – na qual a psicopatologia estaria dentro do campo do sentido, identificado aqui a algo compreensível.

**Palavras-chave:** organogênese; psicogênese; psicopatologia; psicanálise.

**Abstract:** In an initial stage of his work, Jacques Lacan was deeply influenced by the phenomenological-existential doctrine. However, in participating in this movement, Lacan introduced an important difference promoting an enlargement of the conception of meaning valid until then. Contrary to Karl Jasper's thinking, meaning wasn't something understandable immediately. The statement that meaning is not always apprehended as an evidence will allow Lacan to introduce

madness into the sphere of meaning, considering it like an experience that supposes a free and responsible subject. The purpose of this work is to show that Lacan occupies a rare position towards the psychiatry at the that time, in a way that he opposed simultaneously the thesis of organogenesis – that considered that psychopathology was an organic phenomenon, not semantic – and the thesis of psychogenesis – to whom psychopathology could be placed inside the meaning sphere, identified here to something understandable.

**Key-words:** organogenesis; psychogenesis; psychopathology; psychoanalysis.

## Introdução

Diante dos êxitos inegáveis alcançados pelas chamadas ciências da natureza (física, química e biologia) na tentativa de encontrar leis ligando os fenômenos, uma interrogação inquietava o espírito dos homens do século XVIII: poderia o psiquismo também ser investigado segundo um modo de explicação determinista? A resposta afirmativa a essa questão resultaria na transformação do psiquismo em um fato natural, cuja existência seria condicionada por fatores orgânicos.

Uma segunda corrente de idéias, identificada ao movimento fenomenológico-existencial, repudiou veementemente a possibilidade de naturalização do psíquico. Segundo eles, os atos humanos não seriam regidos por leis naturais. Apesar de até admitirem que uma parcela da nossa conduta estaria submetida ao princípio do determinismo (por exemplo, nossos reflexos), tais teóricos insistiam em salvaguardar a existência de uma diferença específica separando o homem dos outros seres naturais. O traço distintivo do homem residiria em sua capacidade de agir livremente, sem que sua ação tenha sido causada por qualquer fato da realidade. O sujeito não seria determinado por fatos anteriores, que o impeliriam a agir de uma determinada maneira; ele seria capaz de atuar livremente, escolhendo por si mesmo.

Por que a aplicação do princípio do determinismo à esfera do psíquico seria condenável? Porque acarretaria, como consequência, a eliminação daquilo que há de mais essencial ao homem: sua liberdade, seu poder de se responsabilizar pelo que faz e sua capacidade de buscar a verdade. A liberdade seria eliminada se afirmássemos que nossas ações, pensamentos e sentimentos ( $x$ ) são determinados por um fato  $y$ , físico ou orgânico; isso significaria dizer que não poderíamos agir, pensar e sentir de outra maneira, não teríamos alternativa, pois fomos constrangidos a fazê-lo – portanto, não tivemos escolha. Correlativamente, ao estender o princípio de causalidade à atividade pensante, comprometeríamos, não só a possibilidade da liberdade humana, mas também a possibilidade de verdade. Isso equivaleria a dizer que, ao emitirmos juízos tais como  $A = A$ , nós o faríamos graças a uma causa que nos impele, obrigando-nos a dizer isso; de maneira nenhuma porque atribuímos um valor de verdade superior a esse juízo. Além disso, o projeto de tornar inteligível o psiquismo segundo causas implica a impossibilidade de responsabilizar o homem, pois a responsabilização somente é possível caso haja um sujeito livre. Resumindo, postular uma explicação determinista do psiquismo acarreta uma tripla negação: da liberdade humana, da verdade e da responsabilidade.

Contudo, um obstáculo embaraçava tais autores: se os indivíduos são seres racionais, onde convém situar o louco, homem cujo discurso aparenta ser completamente destituído de qualquer racionalidade? No momento em que se acredita que o louco não é capaz de dizer nada verdadeiro (pois seu discurso seria desprovido de sentido), conclui-se que ele não é livre nem responsável, não restando, portanto, outra alternativa senão situar sua fala como resultado de uma causalidade orgânica. A solução proposta foi considerá-lo uma exceção, já que seu psiquismo, ao contrário dos indivíduos normais, não seria capaz de obedecer às regras da racionalidade e da lógica, uma vez que está submetido a uma legislação causal.

É a essa tradição que se devem as formulações organicistas em psiquiatria, da qual Henri Ey é um dos representantes. Sua posição é a de

que “parece-nos tão natural admitir uma psicogênese pura da vida psíquica normal e livre, quanto nos parece necessário admitir uma organogênese da patologia mental” (Ey 1943, p. 14). Ou seja, se a gênese da atividade psíquica do indivíduo normal é atribuível ao seu próprio psiquismo (*psico-gênese*), a atividade da mente patológica seria atribuída a uma causalidade orgânica (*organo-gênese*).

### A posição de Lacan no campo da psiquiatria

Na época do texto que estamos trabalhando, “Formulações sobre a causalidade psíquica” (Lacan 1946), Lacan era um autor profundamente marcado pela fenomenologia e pelo existencialismo; portanto, manifestava-se firmemente contrário a qualquer tentativa de naturalização do psíquico. Para o Lacan dessa época, o discurso patológico pertenceria ao campo do sentido, ainda que o sentido dos sintomas não fosse imediatamente legível.

A tese de que a doença mental pertence ao campo do sentido não é inteiramente nova, pois era defendida também pela psicogênese, corrente da psiquiatria para a qual a causa dos males mentais (ao menos de alguns deles) era psíquica. A originalidade da contribuição de Lacan residirá, antes, no alargamento da noção de sentido que vinha vigorando até então, que o identificava à relação de compreensão. A relação de compreensão é uma noção oriunda de Karl Jaspers, que exprimiria uma ligação imediatamente captável na experiência. No célebre exemplo dado por Jaspers e criticado por Lacan no *Seminário 3* (Lacan 1955-56, p. 15), o suicídio seria mais freqüente no outono, já que haveria uma ligação evidente entre a morte, que seria o declínio da vida, e o outono, que seria o declínio da natureza. No entanto, esse tipo de relação intrínseca entre os termos será embargado pela psicanálise. Nós nunca podemos antecipar o sentido que alguma coisa terá para o sujeito. Não podemos conhecer de antemão qual sentido o sujeito concederá ao outono, nem a qualquer outro evento de sua vida.

O psicanalista não pode prever que significação o sujeito dará àquilo que lhe acontece. Isso explica por que Lacan não se cansa de recomendar aos analistas que não compreendam seus pacientes.

Lacan, em sua tese de doutorado, chegou a se aliar à psicogênese de Jaspers para se afastar de leituras organicistas. Já no texto sobre a causalidade psíquica, Lacan volta-se simultaneamente contra as duas posições: ele continua a atacar a doutrina da organogênese, amparado na noção de sentido; ao mesmo tempo, ataca também a doutrina da psicogênese, já que esta reduz o sentido à compreensão. A nosso ver, Henri Ey foi escolhido como interlocutor, precisamente por oferecer a Lacan a oportunidade de atacar simultaneamente ambas as doutrinas.

Segundo Lacan, Ey tinha razão ao recusar que a loucura é compreensível. Ao mesmo tempo, justamente por permanecer preso à noção de compreensão como critério para distinguir o normal do anormal, Ey era levado a entender a loucura como resultado de uma condição orgânica. Desse modo, embora tenha sido sensível ao fato de a relação de compreensão não ser suficiente para dar conta da experiência da loucura, Henri Ey erra ao acreditar que, por não ser compreensível, a doença mental estaria, por isso, excluída do campo do sentido. Para Lacan, a loucura diz respeito, sim, ao sentido, só que esse sentido não pertenceria de modo algum à ordem da compreensão. A atitude de interrogação ou mesmo de perplexidade do psicótico diante dos fenômenos que o acometem dizem respeito essencialmente a um sujeito imerso em um campo semântico. Lacan irá mostrar que não se trata, na psicose, do compreensível ou não, mas do problema da significação para o ser em geral.

Ao negar que a loucura seja provocada por fatores orgânicos, a alternativa que resta a Lacan é a de “devolver a causalidade da loucura à insondável decisão do ser” (Lacan 1946, p. 179). Tornar a loucura o resultado de uma decisão, de um consentimento pelo sujeito, significa dirigir-se a ele como um homem livre. Mas que não se entenda aqui o ato livre como uma deliberação voluntária. Por isso Lacan evoca a fórmula que se lia na parede da sua sala de plantão: “Não fica louco quem quer” (Lacan 1946,

p. 177). O fato de ser um fenômeno cuja causa não é orgânica, mas sim psíquica, não torna a experiência da loucura uma escolha consciente.

O uso do termo “liberdade” no texto em exame impõe um problema para seus intérpretes, pois aparece em diversos contextos com sentidos aparentemente antagônicos. Basta mencionarmos que, ao mesmo tempo em que atribui a gênese da loucura ao “inapreensível consentimento da liberdade” (Lacan 1946, p.188), Lacan, em outras passagens, parece sugerir que a liberdade não passa de um ideal, e, enquanto tal, irrealizável (Lacan 1946, p.177). A fim de desfazer alguns possíveis equívocos, que ameaçariam comprometer a nossa interpretação – a saber, a de que nessa fase Lacan considera o sujeito como uma liberdade –, propomos oferecer uma leitura que minimize as dificuldades aventadas.

### A noção de liberdade em “Formulações sobre a causalidade psíquica”

Para Lacan, nessa época, o sujeito está sempre em relação com as condições que o antecedem. O sujeito é livre; contudo, para que ele ocupe um lugar determinado na rede social, é necessário que sua posição seja ratificada pelo Outro. O sujeito não possui uma liberdade ilimitada, pois só poderá assumir um certo mandato simbólico caso seja reconhecido enquanto tal pelo Outro. Nem mesmo um rei que aparentemente detivesse um poder absoluto seria capaz de prescindir do Outro. É o que exprime a célebre anedota, em que o rei pergunta ao seu súdito: “Quem te fez conde?”, ao que este espertamente retruca: “Quem te fez rei?” Todo rei é feito, no sentido que seu mandato é sempre outorgado pelo Outro. É impossível conceber um sujeito fora da relação com o Outro.

A operação da loucura consistirá justamente em tentar eliminar o recurso à mediação pelo Outro. O sujeito procurará alcançar uma identidade definitiva, tomando como uma característica que o define essencialmente algo que foi o Outro quem lhe concedeu. Quanto mais

quiser se ver livre das amarras provenientes do Outro, ou seja, quanto mais quiser libertar-se da mediação do Outro, mais o sujeito caminha em direção à loucura. O louco será, então, alguém que pretende alcançar uma identificação sem mediação (Lacan 1946, p. 173).

Baseado na idéia de que o louco é aquele que tenta negar o referendo do Outro, Lacan critica o pensamento corrente, segundo o qual a loucura consistiria na falta de adequação à realidade – como se o louco acreditasse ser alguém que na verdade não é. Essa idéia seria equivocada, pecando por desconhecer que “se um homem que se acredita rei é louco, não menos o é um rei que se acredita rei” (Lacan 1946, p. 171). A partir do momento em que um rei passa a desconhecer que sua realeza depende do Outro para existir, ele se tornará louco. Inversamente, se um líder como Napoleão não pode ser considerado louco, é justamente por saber reconhecer o quanto da sua glória ele deve ao Outro: “porque Napoleão de modo algum se acreditava Napoleão, por saber muito bem por que meios Bonaparte havia produzido Napoleão e o quanto Napoleão, como o deus de Malebranche, sustentava a cada instante sua existência” (Lacan 1946, p. 172).

Será nos graus de mediação em relação à identificação que se situa para Lacan, em 1946, o traço diferencial entre neurose e loucura. “O momento de virada é dado, aqui, pela mediação ou imediatismo da identificação e, para dizer a palavra, pela ênfase do sujeito” (Lacan 1946, p. 171) Enquanto a histeria caracteriza-se como um recuo enunciativo em relação às identificações – sendo a pergunta histórica por excelência: “Por que sou quem você me diz que sou?”, dirigido ao mestre –, a loucura é, ao contrário, uma tentativa desesperada de buscar a identidade consigo próprio. O louco quer justamente realizar uma “estase do ser” (Lacan 1946, p. 173), sem a dialética que comporta a identificação.

Ao se esforçar para atingir uma liberdade sem restrições, o homem encontra na loucura um limite à sua pretensão. Por isso, o ser do homem traz em si “a loucura como limite de sua liberdade” (Lacan 1946, p. 177). Não só a loucura é um perigo que ronda os homens que lutam pela

liberdade, como também a liberdade é o ideal característico dos loucos: “Ora, essa identificação, cujo caráter sem mediação e ‘presunçoso’ eu quis fazer sentir há pouco, eis que ela se demonstra como a relação do ser com o que ele tem de melhor, já que esse ideal representa nele sua liberdade” (Lacan 1946, p. 173).

Concluindo, no texto em exame, há a defesa por Lacan de um sujeito livre, mas desde que não entendamos tal liberdade num sentido absoluto. Querer ser integralmente livre, sem depender da mediação do Outro, é cair na experiência da loucura.

### A bela alma

Lacan faz uma clara associação entre o louco e a figura da “bela alma”: esta seria uma alma pura, requintada demais em relação à vulgaridade do mundo social, que vive a deplorar o triste estado do mundo, suas injustiças, etc. A “bela alma” pretende descrever o estado terrível do mundo de uma distância “objetiva”, como se dele estivesse excluída. Porém, como diz Zizek,

[...] ela se esquece de incluir nisso sua própria posição subjetiva, o fato de que *quer* o mundo tal como ele é para poder continuar a ocupar sua cômoda posição de vítima explorada – todo o seu gozar narcísico se prende a esse papel, sua identidade de vítima explorada dá consistência a seu eu imaginário. (Zizek 1991, p. 86)

Por conseguinte, o desconhecimento em jogo na loucura está precisamente no fato de a desordem que o louco censura no mundo não ser senão a manifestação invertida de seu próprio ser:

Esse desconhecimento revela-se na revolta com que o louco quer impor a lei de seu coração ao que se lhe afigura como a desordem do mundo, iniciativa “insensata” [...] basicamente porque o sujeito não reconhece nessa desordem do mundo a própria manifestação de seu ser atual, nem que o que ele sente como a lei de seu coração é apenas a imagem tão invertida quanto virtual desse mesmo ser. (Ibid., p. 172)



Como ilustração dessa tese, Lacan menciona o caso Aimée, que representa a si própria como um modelo de pureza e devotamento, o que a expõe como vítima às investidas do ser detestado – no caso, toda uma linhagem de mulheres perseguidoras, que se inicia com sua irmã, personificando um ideal de malignidade contra a qual a necessidade de agressão de Aimée vai crescendo. Entretanto, conforme observa pertinentemente Lacan, Aimée “tendeu em sua conduta a realizar, sem reconhecê-lo, o próprio mal que ela denunciava: vaidade, frieza e abandono de seus deveres naturais” (Lacan 1946, p. 170).

É importante notar que, embora a tese de Lacan nesse texto – a de que a loucura seria uma exacerbação do narcisismo – tenha o mérito inegável de permitir a integração do louco ao que há de mais essencial no homem, o resultado dessa operação é uma dimensão clínica em que psicose e histeria encontram-se indiferenciadas. Ao conferir a seu *Seminário 3* o título “As psicoses”, Lacan coloca em relevo sua mudança de posição sobre o tema. Pois, enquanto a noção de loucura, significando apenas uma exacerbação do narcisismo, colocava-a em continuidade com a neurose, o conceito de psicose assinala a impossibilidade de passagem de uma estrutura à outra.

## Referências

- Lacan, Jacques 1946: “Formulações sobre a causalidade psíquica”. In: Lacan 1998.
- \_\_\_\_\_. 1955-56: *O seminário. Livro 3: As psicoses*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. 1998: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Bonnafé, Lucien et al. 1950: *Le problème de la psychogénese des névroses et des psychoses*. Paris, Desclée de Brouwer.
- Ey, Henri 1943: “Les limites de la psychiatrie: le problème de la psychogénèse”. In: Bonnafé et al. 1950.
- Zizek, Slavoj 1991: *O mais sublime dos histéricos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.